

É hora de reabilitarmos o efeito Orloff

Há bem pouco tempo, quando a economia argentina entrou no plano inclinado em direção à hiperinflação, virou moda em nosso país, com base na propaganda de uma bebida, o uso da expressão **efeito Orloff**, para definir o risco que estávamos correndo — a Argentina hoje seria o Brasil amanhã. Recentemente publicamos um editorial em que mostrávamos que a comparação não se justificava, dadas as imensas diferenças culturais, históricas e, principalmente, econômicas existentes entre os dois países. A frase era um achado, uma **boutade**, nada tinha a ver com a realidade.

Evidentemente, quando escrevemos isso, não pretendemos dizer que considerávamos afastada a possibilidade de chegarmos também a uma hiperinflação. Pelo contrário, sempre tememos este perigo. E a hipótese de virmos também amargar uma hiperinflação à brasileira, autóctone, orgulhosamente nacional, se tornou ainda mais provável depois que o governo assinou o atestado de óbito do Plano Verão. Desde então, os sinais de que estamos caminhando para lá se estão multiplicando.

Ainda ontem vimos nos jornais o governo admitindo ao FMI que o déficit público operacional este ano não tem condições de ser menor do que 5% do PIB. E olha que é o déficit operacional, que exclui as correções monetária e cambial da dívida pública, não o nominal. Por esta medida, o déficit vai passar dos 40%, com folga. Nos mesmos jornais, nos deparamos com os dados da inflação de junho, medidos pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas, que só no primeiro decêndio já chegou a 9,76%, o que projeta um índice entre 20% (otimista) e mais de 30% (pessimista) para o mês todo. Sem contar as novas revelações feitas por um organismo com o peso do BIS sobre a fuga de capitais do país: de 78 a 87, nada menos de US\$ 32,1 bilhões deixaram o Brasil, quantia provavelmente subestimada porque não inclui informações sobre o subfaturamento das exportações e o superfaturamento das importações.

E o pior é que, quanto aos resultados do déficit público, gerador da inflação, os números já assustadores estão condicionados a vários **ses**: se as tarifas do governo forem realisticamente aumentadas; se a medida provisória nº 63, que reajusta as contribuições para a Previdência Social, for aprovada pelo Congresso; se o governo vetar o novo salário mínimo e, logicamente, se o Congresso aceitar esse veto. Caso nenhum desses **ses** se torne realidade, ninguém sabe de fato o que vai acontecer com o déficit e a inflação. Certamente, contudo, não será nada agradável.

É diante desse quadro que nós sugerimos, agora sim, a aplicação de um **efeito Orloff** no Brasil. Mas um efeito "artificialmente" produzido por quem tem condições de fazê-lo em nosso país. Em outras palavras: nós que imitamos a Argentina no momento errado, para copiar seus choques heterodoxos, podíamos tentar imitá-la agora, quando de lá nos chega um exemplo de sensatez e de consciência da necessidade vital de se promover um grande acordo de união nacional, capaz de evitar a catástrofe total da economia e o esgarçamento definitivo do tecido social do país. Estamos nos referindo à proposta do

presidente Raúl Alfonsín de passar já, daqui a 15 dias, o governo para o presidente eleito em maio, e ao comportamento desse presidente, que compond o seu ministério com representantes de todos os setores — políticos e econômicos — da sociedade argentina, criou as condições para a celebração de um pacto social por lá.

Se Alfonsín, que até as eleições de maio tinha autoridade moral — nascida do fato de ter sido eleito num pleito livre e direto e por maioria absoluta — para tentar todos os tipos de planos e políticas visando a contenção da inflação, está disposto a entregar seis meses de governo é porque ele perdeu essa autoridade moral no momento em que o seu candidato foi derrotado pelo adversário peronista. O que ele está fazendo, ao propor entregar o bastão no dia 1º de julho a Saul Menem, é reconhecer, como acaba de fazer o presidente Sarney no Brasil por razões inteiramente diversas, que seu governo não tem a menor condição de deter, sequer momentaneamente, o acelerado processo de deterioração da situação econômica e financeira argentina.

De forma alguma estamos querendo insinuar que o presidente José Sarney deva renunciar, nem antes nem depois das eleições de novembro. Estamos apenas reiterando o que escrevemos em nosso editorial de ontem e o sr. Sarney tem repetido insistentemente ao longo dos últimos meses, somente com a diferença de que ele não tira a conclusão lógica de suas queixas: este governo não tem mais condições de governar e precisa criar as condições para que alguém ou alguma entidade o faça. O problema, aqui como na Argentina, é de ingovernabilidade.

Se a ingovernabilidade se instalou na Argentina a partir da vitória do candidato peronista contra o candidato do governo que chega ao fim, ela se tornou patente no Brasil a partir da promulgação da nova Constituição, que deu ao Congresso poderes para governar de fato, sem criar, concomitantemente, mecanismos que obriguem os parlamentares a assumir o lado desagradável do exercício do poder. O resultado desta inovação tupiniquim no direito constitucional é o vácuo de poder: não há quem mande verdadeiramente nem quem execute corretamente.

Assim, se quisermos evitar o desastre que os números citados no início deste editorial indicam para breve, ou seja, a vertiginosa corrida para a hiperinflação, não podemos fugir a uma solução provisória, mas em tudo semelhante a essa que os argentinos parecem ter encontrado, seja via um parlamentarismo de fato, seja via um parlamentarismo de direito.

É hora de reabilitarmos o efeito Orloff.